

JUSTIÇA COMUNITÁRIA

Reeducandos de Tangará da Serra passam por atendimento oftalmológico

82 reeducandos passaram por consulta e vão receber os óculos

ÁLVARO MARINHO
Coordenadoria de Comunicação do TJMT

Os reeducandos do Centro de Detenção Provisória Benildo José do Nascimento de Tangará da Serra receberam atendimento oftalmológico oferecido pela Coordenação Estadual da Justiça Comunitária, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. A ação foi desenvolvida a pedido da juíza-corregedora Edna Ederli Coutinho, da 1ª Vara Criminal daquela unidade judicial.

De acordo com o juiz-coordenador da Justiça Comunitária, José Antônio Bezerra Filho, 82 reeducandos passaram por

consulta oftalmológica e vão receber os óculos receitados pelo médico. O magistrado disse que esse atendimento, o segundo realizado em menos de dois meses, faz parte da parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Penitenciário e Socioeducativo (GMF) de Mato Grosso, supervisionado pelo desembargador Orlando Perri de Almeida.

José Antônio Bezerra Filho destacou que esse feito é um projeto embrionário que proporciona dignidade a quem está privado de liberdade. Na opinião dele, o Judiciário tem procurado prestar esse serviço para fazer a diferença na recondução desses homens à sociedade. O atendimento foi realizado no último dia 16 de setembro, por especialistas dentro da carreta

oftalmológica da Justiça Comunitária.

O diretor do Centro de Detenção Provisória de Tangará da Serra, o policial penal Roberto de Souza Reis, classificou o serviço como essencial e extremamente importante diante da realidade do sistema penitenciário. “Não temos médico na unidade, e essa demanda de problema na visão dos reeducandos foi percebida pela juíza-corregedora durante as visitas ao Centro de Detenção”, frisou o diretor da cadeia.

Edna Ederli disse que percebeu essa necessidade e acionou a Justiça Comunitária, através do juiz Francisco Gayva. O colega magistrado responde pela Justiça Comunitária do Fórum de Tangará e, em contato com doutor José Antônio, organizou a atividade no CPD.



O atendimento foi realizado por especialistas

ARENÁPOLIS

Mãe e dois filhos são resgatados de cárcere privado

O suspeito ameaçava a vítima de tomar a filha dela

G1 MT

Uma mãe e dois filhos foram resgatados na quarta-feira, 21, após serem mantidos em cárcere privado em uma residência em Arenápolis, pelo companheiro dela. O homem, de 47 anos, foi preso em flagrante pela Polícia Civil.

O Conselho Tutelar de Arenápolis acionou a Polícia Civil, após receber uma denúncia anônima apontando que a mulher e os filhos dela estariam sendo mantidos em cárcere privado pelo suspeito.

A equipe da Delegacia de Arenápolis se dirigiu ao local e encontrou a casa totalmente fechada. Após várias chamadas, o suspeito, que é monitorado por tornozeleira eletrônica, saiu da casa e se apresentou aos policiais. A equipe entrou na residência e constatou



A equipe da Delegacia de Arenápolis se dirigiu ao local

que a vítima apresentava hematomas recentes, marcas de queimaduras e ferimentos em todo o corpo.

Na residência, ele ameaçava a vítima de tomar a filha dela, de apenas um ano de idade.

O suspeito foi conduzido e autuado em flagrante pelos crimes de lesão corporal qualificada, cárcere privado e ameaça.

Ele responde pelo crime de homicídio e estava cumprindo medida cautelar com monitoramento eletrônico.

O delegado de Arenápolis encaminhará representação à Justiça pela conversão do flagrante em prisão preventiva e o suspeito será conduzido para audiência de custódia da Comarca de Arenápolis.

CONDIÇÃO À ESCRAVIDÃO

Seis trabalhadores são encontrados em curral de gado



Local onde trabalhadores ficavam

G1 MT

Seis trabalhadores são encontrados vivendo em um curral de gado, em uma fazenda em Nova Bandeirantes. A Polícia Federal (PF) investiga se os empregados estavam em condições análogas à escravidão.

A Operação Capture foi deflagrada em conjunto com o Ministério Público do Trabalho.

No local, os policiais encontraram os trabalhadores alojados em um ambiente infestado por morcegos no forro.

Eles trabalhavam em jornadas exaustivas, sem utilização de equipamentos e recebiam salários atrasados.

Além disso, os trabalhadores não recebiam o dinheiro em espécie, e sim um cheque no qual tinham que trocar no estabelecimento comercial próximo da fazenda mediante a cobrança de 20% do valor.

Os infratores, segundo a PF, podem responder por condição análoga à escravidão, com pena de até 12 anos de reclusão, de acordo com o Código Penal. A polícia investiga o caso.